



CTI Jornal – Jornalismo Empresarial no Estado Novo¹

Monica Franchi Carniello²

Universidade de Taubaté

Fabio Ricci³

Universidade de Taubaté

Resumo

O objetivo do artigo é analisar a utilização pela CTI-Companhia Taubaté Industrial do seu periódico junto à formação da opinião dos seus operários no período do Estado Novo. Apresenta a análise comparativa das posições da CTI referente à implantação do salário mínimo, apontando as razões econômicas de suas divergências e a aceitação resignada da empresa após a sua adoção, imposta pela política corporativista dominante no período. Conclui que suas posições são o reflexo da situação da empresa, periférica ao centro dinâmico da economia e de grande porte e importância econômica na região em que estava instalada.

Palavras chave: Jornal de Empresa, História Econômica, História da Comunicação, História Regional.

Introdução

O texto a seguir propõe-se a analisar as posições da Companhia Taubaté Industrial-CTI, expressas através de seu periódico, o CTI-Jornal, sobre um dos temas relevantes discutidos no período do final da década de 1930, qual seja, a implantação do salário mínimo.

¹ Trabalho apresentado ao GT de Mídia Visual, do V Congresso Nacional de História da Mídia

² Doutora em Comunicação e Semiótica, professora do Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional da Universidade de Taubaté

³ Doutor em História Econômica-FFLCH-USP, professor do Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional da Universidade de Taubaté

Caracterizamos o editorial para em seguida apresentar o seu conteúdo. Para sustentar a nossa análise caracterizamos a situação da indústria têxtil na conjuntura da época e suas principais reivindicações, analisando em seguida as condições da CTI no setor. Inserimos um referencial teórico sobre a contradição centro-periferia, que serviu para nortear a transposição dos aspectos gerais para o específico, o que permitiu algumas conclusões sobre as características dos posicionamentos da empresa .

A relação centro-periferia

Conhecemos a clássica divisão internacional do trabalho, em que, em linhas gerais, os países capitalistas centrais especializaram-se na exportação de produtos industrializados e de capitais, enquanto que os países periféricos especializaram-se em exportar matérias-primas e depender de produtos industrializados dos países centrais. Dependência que se amplia com a deterioração dos termos das relações de troca entre esses produtos, uma vez que os bens industrializados incorporam tecnologia e, conseqüentemente, preço, enquanto os produtos agrícolas tendem à sua estagnação ou redução, aumentando assim o desequilíbrio econômico. Essa relação, denominada centro-periferia, pode ser observada internamente aos países que experimentaram algum tipo de industrialização a partir do final do século XIX. Furtado caracteriza os países da América-latina, que, experimentando a integração ao sistema capitalista sob a condição de colônias nos séculos XVI a XIX, e, em função da mesma, organizaram uma burocracia e um sistema de produção gerando assim mercado interno e habilitando-se como espaços privilegiados para a expansão do capitalismo na II Revolução Industrial, caracterizada pela exportação de capitais.(FURTADO,1986:115-122). No caso brasileiro, as avançadas relações capitalistas de produção, amplo mercado “interno” e uma avançada agricultura mercantil, foram os elementos fundamentais para a expansão diversificada e concentradora que originou, a partir do complexo econômico cafeeiro paulista, uma relação de forte predominância deste sobre as demais regiões do país, imprimindo-lhes, em grande medida, uma relação comercial de “centro-periferia”(CANO, 1990:15).

No entanto, as políticas protecionistas, instrumentos básicos utilizados pelos países visando suas políticas de desenvolvimento, desde a primeira revolução industrial, no século XVII, (LIST,1983:7-86), possuem dificuldades para sua aplicação interna ao

país, pois submetem as questões relativas à territorialidade aos agentes sociais atuantes no país.⁴ⁱ Isto significa que a hegemonia econômica do setor dinâmico interno submete os demais setores às suas necessidades, com reduzidas possibilidades de reações adversas, já que, em última instância, pertencem às elites dominantes e ao mesmo quadro jurídico-institucional.

Neste quadro, a proximidade do centro dinâmico da economia interna, pode significar, ao contrário do que aparenta, uma situação de maior limitação e dependência, impedindo assim o desenvolvimento de uma política autônoma e independente, pois pressupõe uma organização capaz de elaborar um projeto para si, usufruindo da integração nacional e da dominação territorial segmentada, entendida como regional. Podemos tomar como exemplo, ao final do século XIX, por um lado, a relativa facilidade de articulação das elites nordestinas, pois esta região ficou isolada do processo dinâmico do centro-sul, permitindo assim sua articulação política frente às demais regiões do país.(ALBUQUERQUE Jr.,1994:111-120). No caso da zona da mata mineira, região periférica ao oeste paulista, os esforços das elites locais são para integrar-se à dinâmica econômica paulista, fazendo com que as possibilidades de articulação regional ficassem limitadas.(LANNA,1989). Obviamente, estamos nos referindo apenas ao aspecto político que, no caso, submete o controle econômico ao seu projeto.

A indústria têxtil

A indústria têxtil foi o primeiro setor industrial a desenvolver-se no Brasil. No final da década de 1920 o setor experimentava grave crise. A ascensão ao poder de Getúlio Vargas, em 1930, abriu espaço para reivindicações industrialistas, sendo que o mesmo “solicitou a colaboração dos industriais na tarefa de ‘regenerar a vontade nacional’ ”.(STEIN,1979:145). Para as indústrias do setor, a solução era a restrição às importações de máquinas têxteis, pois assim congelava-se a posição relativa das indústrias no mercado, impedindo o investimento de capitais em “negócios da cidade”, por parte dos fazendeiros e capitalistas, evitando com isso a concorrência e a competição(STEIN, 1979:144).

Participando da cúpula do novo governo, não tiveram dificuldade em aprovar as restrições às importações de máquinas aos setores industriais considerados em estado de superprodução, o que ocorre com a indústria têxtil de algodão, permanecendo protegida sob este critério de 1931 a 1937. A inibição à concorrência serviu para beneficiar as grandes empresas, localizadas nos grandes centros, que, produzindo tecidos finos e sem concorrência operavam a toda carga, enquanto que as indústrias de tecidos grossos, na sua maioria localizadas no interior, estavam em estado de superprodução. A consequência foi que a política restritiva adotada entre 1931 e 1937, garantiu o privilégio de poucos industriais e o sucateamento de toda a indústria têxtil nacional.

Isso vem a se confirmar com o advento da II Guerra Mundial, o setor têxtil passou a contar com grande quantidade de pedidos, tanto para o mercado interno como externo (BAER,1988:34), que não conseguia atender e que levou a associação dos industriais têxteis a admitir que seu maquinário estava obsoleto, pressionando porém o congresso e o governo para restabelecer alguma forma de controle sobre a produção. Isso só pode ser possível em uma economia em que o pensamento predominante é o de não admitir riscos, a tutela do Estado tem que garantir a estabilidade dos “empreendedores”.(STEIN,1979).

Após a suspensão das restrições às importações de máquinas têxteis, abre-se intenso debate sobre as políticas para o setor. Elas privilegiavam a manutenção de propostas protecionistas, combinando com propostas que buscavam a modernização do movimento do capital, ou seja, a sua flexibilização(OLIVEIRA, 1975). Esse debate submete-se à direção assumida posteriormente e a aquiescência corporativa dos sujeitos sociais e abarca aspectos do que conhecemos, em linhas gerais, como a legislação trabalhista implantada no Estado Novo, sob a direção política de Getúlio Vargas.

No auge das discussões, em 1939, a associação tinha como prioridades a questão da limitação das horas de trabalho e às medidas necessárias ao incremento das exportações de tecidos, deixando num plano secundário o controle da instalação de novos teares e os estudos sobre os salários (STEIN,1979:163-164).

Os estudos sobre salários versavam prioritariamente a respeito da adoção do salário mínimo. OLIVEIRA,1975, faz um estudo bastante pertinente do assunto. Basicamente, a tese do autor defende que a adoção do salário mínimo, antes de trazer garantias aos trabalhadores, seria um instrumento de controle da massa salarial e, com a sua manipulação, de transferência de renda para o capital, à disposição do Estado.

A CTI – Companhia Taubaté Industrial

Após o encerramento das atividades da casa comercial inglesa, Edward Ashworth & Co., em 1930, o controle do capital da CTI passa desta para a família Guisard. Feliz Guisard, sócio minoritário e diretor técnico deste sua fundação em 1891, assume a presidência da companhia, posição que irá ocupar até a sua morte, em 1941. Sendo assim, os editoriais do CTI Jornal analisados a seguir, que correspondem ao período de 15/05/1938 a 15/11/1940, estão sob a mesma direção político-administrativa.

Considerando o setor, a produção física da companhia equivalia a 1% do total de tecidos de algodão fabricados no país. No entanto, o seu faturamento equivalia a 0,5% do total. Isto equivale a dizer que os seus tecidos tinham valor inferior ao valor médio dos tecidos fabricados no país. É sempre bom lembrar que isso não invalida os conhecidos elogios à qualidade dos tecidos da empresa. Produzia tecidos grossos de boa qualidade e do melhor padrão. Destes destacava-se o Morim Ave Maria, tecido popular em todo o país. Atestamos isto entrevistando uma senhora costureira em Taubaté. Nascida na Bahia em 1910, mudou-se para Taubaté em 1959. Quando indagamos se, quando morava em Salvador, ouvira falar de Taubaté, respondeu prontamente: Claro, Morim Ave Maria. explicando a seguir que, à época (Décadas de 1930/40), as “boas” costureiras de Salvador aguardavam a chegada deste tecido às lojas, mesmo tendo outros disponíveis, pois este era melhor. Tratava-se de uma grande empresa, com quantidade de operários, teares e capital patrimonial bem acima da média das indústrias do setor.(STEIN,1979; RICCI, 2006).

Outra característica relevante das indústrias do período refere-se aos investimentos sociais, que representam salário indireto. O volume de investimentos em benefícios indiretos aplicados pela CTI parece-nos superior ao dos que a maioria das outras indústrias no período.

Vila de casas para operários, escola de alfabetização de adultos, creches, cooperativa de consumo, estádio de esportes, colônia de férias. Não foi o único, tivemos Jorge Street, na capital paulista, fábrica Votorantim, próxima à Sorocaba-SP etc (DEAN,1979). Estudos referentes ao movimento operário na cidade de São Paulo mostram que muitos desses benefícios foram frutos de árduas lutas(FAUSTO, 1986; CARONE,1984). Acresce-se a estes as leis trabalhistas que, como identificamos em alguns artigos do CTI Jornal, não eram cumpridas por grande parte do empresariado e

representavam um custo relativamente elevado, como pode ser observado no quadro abaixo, com dados da CTI.

Gastos com salários e benefícios

Ano	Salários	%/Vendas	Benefícios	%/Vendas	Benefícios/Salários
1939	1.222.844\$300	12,61	365:905\$400	3,77	0,299
1940	1.253:496\$000	12,26	343:280\$500	3,36	0,274
1941	2.015:614\$800	14,65	488:396\$100	3,55	0,242
1943	7.537.055,10	29,17	762.548,80	2,95	0,101
1948	13.623.411,80	35,38	2.994.020,20	7,77	0,219
1949	11.428.997,90	40,33	3.032.965,60	10,70	0,265
1950	9.954.757,40	36,30	3.386.947,80	12,35	0,340
1951	10.485.033,60	35,03	3.503.968,90	11,70	0,334
1952	9.686.144,00	36,00	4.132.888,30	15,36	0,426
1953	12.136.960,50	38,13	5.528.870,30	17,37	0,455
1954	8.448.115,70	22,96	4.203.859,30	11,42	0,497

Fonte: RICCI,1997:275.

Podemos observar na tabela acima que, de fato, os custos com as leis trabalhistas elevaram significativamente os gastos com salários e com benefícios. Isso evidencia também a dificuldade da empresa em reduzir os gastos com benefícios oferecidos por ela diretamente e substituí-los pelos assumidos pelo Estado.

O jornalismo empresarial no contexto do estado novo

Embora possamos vincular a empresa moderna nos marcos da revolução industrial inglesa e a utilização de todos os recursos possíveis para a consolidação desse novo modo de organização da produção, o capitalismo, a comunicação empresarial se torna um recurso essencial e se prolifera como prática somente após a I Guerra mundial.

Numa relação dialética, considerando as categorias infra e super estrutural do materialismo histórico a expansão dos jornais empresariais é tanto amior quanto mais se

evidenciam as contradições dos interesses de classes, expressas pelas tensões sociais e reivindicações dos trabalhadores, estimulados pelo sucesso da revolução socialista da Rússia em 1917.(TORQUATO, 1987, p. 22)

Estando a sua produção condicionada pelos interesses e limites da empresa, sua parcialidade resulta em uma adequação do contexto geral para os fins particulares a que se destina. Nesse sentido seu objetivo é promover uma imagem favorável em relação à entidade que representa.(BAHIA,1990,p.26)

No Brasil, a partir do início do século XX intensificam-se a instalação de unidades industriais, sendo que, paralelamente o período é marcado também por pressões dos operários na conquista de direitos trabalhistas.

Nas décadas de 1930-1940, o Estado Novo, especificamente entre 1937-1945, comandado por Getúlio Vargas, chama a si a condução do país à modernidade, vista como sinônimo de industrialização, proclamando como méritos seus a transformação da vida da classe trabalhadora por força da criação e regulamentação da legislação trabalhista e promovendo a colaboração entre as classes sociais, trabalhadores e burguesia, com base no corporativismo.

Nesse contexto, cabe ao operário ser bom trabalhador, entendendo-se isso como contribuição do indivíduo para construir a nação brasileira, colaborando com a ordem e promoção do desenvolvimento econômico do país.

A comunicação é vital nesse processo, através do DIP(Departamento de Imprensa e Propaganda) o governo Vargas controla os meios de comunicação, direcionando-os à proliferação dos ideais do nacionalismo desenvolvimentista, cuja imagem de um governante populista propunha uma pedagogia social destinada aos operários para resolver os possíveis conflitos capital-trabalho.

O jornalismo empresarial também foi instrumento dessa estratégia, especialmente ao intermediar interesses de patrões e empregados.

O projeto desenvolvimentista, apoiando-se na industrialização, desenvolveu-se a partir de São Paulo, e foi consequência da herança da economia cafeeira, que possuía fatores de conflito e de complementaridade com a atividade industrial. (BRESSER PEREIRA, ...

As indústrias surgiram junto com a elaboração de um projeto ideológico dando um novo sentido de nação, com os empresários sendo capazes de levar a sociedade brasileira a uma completa reestruturação, a partir da cultura da fábrica(MICELI,1982,p.9)

A censura, instituída oficialmente a partir de 1937, estabelecia, por meio do decreto nº 149, artigo 2º, que:

Aos jornais em quaisquer publicações periódicas cumprem contribuir, por meio de artigos, comentários, editoriais e toda a espécie de noticiário para a obra de esclarecimento da opinião popular em torno dos planos de reconstrução material e reerguimento nacional.(COSTELA,1970,p.114)

O jornal de empresa tinha como característica informar e formar a opinião do trabalhador, orientando na promoção do espírito de equipe e de união entre empregados e patrões.

Pode-se concluir que, nesse contexto, os jornais empresariais não se limitam nos interesses corporativos, inserindo-se numa perspectiva econômica e social.

O jornal da CTI - Companhia Taubaté Industrial

O CTI Jornal, colocadas as condições de desenvolvimento do jornalismo empresarial no Brasil, está entre as iniciativas pioneiras desse tipo de jornalismo, e traz o discurso autoritário e inseri-se no cotidiano dos trabalhadores, formando juízos de valor e influenciando na disciplina da conduta dos seus operários.

O CTI Jornal serviu como fonte noticiosa e cultural dos trabalhadores da empresa, cumprindo sua finalidade educativa e informativa sob a ótica da empresa.

O CTI Jornal foi editado do início de 1937 até 1943. Os exemplares utilizados para a pesquisa foram coletados no Museu e Arquivo Histórico da Prefeitura Municipal de Taubaté. Do acervo de 60 exemplares, destacamos aqueles que referiam-se objetivamente aos temas discutidos pelo setor têxtil, como descreveremos abaixo. Por isso, do universo acima, utilizamos seis edições, a de 15/05/38; as de 15/02, 15/06 e 15/08/39 e as de 20/03 e 15/11/40.

O jornal, de periodicidade mensal, em formato 46x33cm, variava de oito a dezesseis páginas por edição. O editorial ocupava uma coluna no lado esquerdo da primeira página.

É através do editorial, principalmente, que a empresa manifesta sua opinião sobre os fatos que se desenrolam em todos os setores de importância e interesse de seu

desenvolvimento, intentando orientar o pensamento social para a ação na sua defesa. É nele que os comentários a respeito de um fato ou as explicações de uma tese ou de um ponto doutrinário se fundamentam em argumentos e idéias pessoais.(BELTRÃO,1980:51-54)

Os editoriais apresentados possuem a morfologia de artigo de fundo, com clara manifestação ideológica, já que a adoção do salário mínimo era tema presente e debatido publicamente naquele momento, de topicalidade preventiva, antecipando-se a hipotéticas consequências de sua adoção e de conteúdo informativo, já que explorava aspectos que entendia não estarem sendo observados como consequência de sua adoção. Por fim, observa-se o estilo intelectual, com apelo à razão e a natureza circunstancial, já que o objetivo é levar ao leitor, funcionários da empresa, a opinião desta perante as demais empresas do setor têxtil e do governo, explicando suas razões.(BELTRÃO, 1980: 55-58)

A questão do salário mínimo no CTI jornal

Passamos agora a descrição do conteúdo dos editoriais do CTI Jornal referentes às posições da empresa para a política industrial e do setor têxtil especificamente.

Observamos as discussões referentes as questões do salário mínimo e do controle da produção na indústria têxtil, secundarizando as discussões referentes à proteção e política de exportação do setor, estas últimas priorizadas nas discussões das associações têxteis, controladas pelas indústrias dos grandes centros, como vimos acima.

Dos editoriais referentes ao salário mínimo, no primeiro que faz menção ao tema(CTI Jornal nº 14, 15/05/1938), a ênfase é para o perigo que representa a adoção de um salário mínimo no que diz respeito a seus reflexos sobre o custo de vida. Deposita confiança no Estado Novo e na execução de seus compromissos com os trabalhadores e que o Governo saberá impedir que os efeitos sobre o custo de vida transforma-se a adoção do salário mínimo, “de uma grande esperança, numa dolorosa desilusão”.

Na edição de 15/02/1939, a linha do editorial se referia ao controle da produção na indústria têxtil, como descrito anteriormente, no entanto não deixa de citar o salário mínimo, alertando novamente o Governo sobre os perigos de sua implantação sem planejamento adequado, “uma execução absolutamente inteligente e conscienciosa do salário

mínimo, sub-utilíssima arma de dois gumes, capaz de mal aplicada, sosinha levar à derrocada a nação”. Assim como este, um outro editorial cujo ponto central não era o salário mínimo, mas, novamente, a restrição da produção têxtil, não deixa de tocar no assunto, mesmo que de forma indireta. “A causa direta, sabemos-la todos nós, é sem mais nem menos a queda do poder aquisitivo do brasileiro, que é o grande problema a ser combatido para o reerguimento econômico da nação e conseqüentemente do nosso povo.”(CTI Jornal nº 27, 15/06/1939). Como vemos, havia aquiescência da empresa quanto a adoção de “um” salário mínimo.

Porém, à medida que a entrada em vigor do salário mínimo passou a tornar-se evidente, tendo as comissões do ministério do trabalho terminado seus estudos, no final de 1939, o tema passou a ter um espaço maior nos editoriais do CTI Jornal. A diferença era que, ao contrário dos artigos anteriores, observamos a partir de então uma veemente condenação à adoção do salário mínimo, como nos trechos do editorial que transcrevemos a seguir:

E, vamos para um ponto delicadíssimo, prenhe de subtilezas e de complexidades.

Referimo-nos ao fantasma que assombra todo o mundo que tem empregados, que ilude com o seu canto maviôso de sereia corações sensíveis de empregados ingênuos. É o salário mínimo...

Decretado, ele não virá melhorar as condições materiais de vida do trabalhador. Não parecem existir elementos para coibir a alta probabilidade dos gêneros alimentícios e dos vestuários, alta naturalíssima pelo aumento do custo da produção.

...na fixação do salário...só serão beneficiados os trabalhadores que atualmente estejam ganhando menos, os que estiverem ganhando mais, sofrerão com o encarecimento da vida...

Acresce às várias razões...A falta de uma arregimentação de educação, no meio operário, que geralmente leva bôa parte do nosso proletariado a uma desgraçada desorganização na sua vida econômica...

Resta ainda para o “salário mínimo” os atestados de óbito que povos consideravelmente mais civilizados que o nosso lhe passaram, entre eles os estados Unidos da América do Norte. (CTI Jornal, nº 29, 15/08/1939).

Na edição nº36, de 20/03/1940, ou seja, às vésperas da entrada em vigor do salário mínimo, portanto já tendo conhecimento dos dados apresentados pelas

comissões de trabalho que tinham a finalidade de viabilizar o salário mínimo, volta à carga pesadas críticas, apontando a anarquia que seria o “exôdo incalculável de massas trabalhadoras paupérrimas para regiões onde os indivíduos possam ser melhor aquinhoados.” (CTI Jornal nº 36, 20/03/1940). Outro aspecto levantado no editorial referia-se ao desrespeito que seria para o trabalhador especializado “que trabalha enfim com os braços e com o cérebro terá a sua situação equiparada ao autômato do trabalho, ao homem da vassoura.” a seguir professando “seria a falência de todo o estímulo e a própria falência do esforço material, a anarquia enfim”, finalizando o editorial com a afirmativa: “...a experiência é perigosa. Ainda é cedo.”(Ibid).

O editorial refere-se a um salário diário de 4\$500 pago para o pessoal não qualificado e de 5\$700 pago para os tecelões e com a hipótese de um salário mínimo no valor de 7\$200 diários. Em Taubaté, o salário mínimo entrou em vigor no dia 03 de julho de 1940, e foi fixado em 6\$800/dia, próximo do valor hipotético utilizado pelo editorial. (SAN-MARTIN,1990:260).

Porém, após a decretação do salário mínimo, consumado o fato, não é prudente a Empresa continuar remando contra a corrente. Daí, a atitude mais sensata, no período do Estado Novo, de colaborar com o governo. Foi isso que fez o CTI Jornal que, na edição nº 44, de 15/11/1940, sob o título Comemorando a revolução de outubro e o Estado Novo, encontramos afirmações como: “A legislação do Trabalho em vigor, honra os fôros de cultura mais civilizados da humanidade, colocando o Brasil em destacada projeção no mundo contemporâneo.”, destacando ainda que, “Dos inúmeros decretos postos em execução no Estado em favor do proletário nacional aí estão os que criaram os serviços de proteção ao lar operário,...., lei do salário mínimo,....”. No entanto, não deixa de transparecer a mágoa dos vencidos, ao lembrar do que o jornal havia apontado anteriormente sobre a responsabilidade do Governo em fazer com que todos os empresários cumprissem as leis trabalhistas. finalizando: “Muito há a fazer; mas tudo será feito e, nesse muito o principal será talvez o “cumpram-se em toda a sua plenitude as leis trabalhistas.”

Conclusão

Observamos que as posições da CTI estão isoladas do setor como um todo. Das indústrias dos grandes centros urbanos, pelo aspecto tecnológico, e das indústrias

distantes dos grandes centros, que não cumpriam a legislação trabalhista. Penalização por situar-se na periferia do centro dinâmico.

Como vimos, o salário mínimo é tema abordado desde o CTI Jornal nº 14, de 15/05/1938 até o nº 36, de 20/03/1940, de maneira progressiva, ocupando uma posição cada vez mais clara e abertamente contrária. A sua adoção nos primeiros editoriais, o tema é tratado como delicado e que não pode ser adotado sem um minucioso controle para não resultar num instrumento de desestabilização da economia, à medida que o tema vai tomando o caminho da sua implementação, a posição da empresa vai se radicalizando contra a medida. O que se depreende é que a direção da CTI, com uma visão paternalista e autoritária, utiliza-se de preconceitos e discriminação para com os trabalhadores da empresa, como forma de justificar a sua posição. A posição predominante é a de que o trabalhador não tem capacidade de administrar a sua vida, sendo portanto um desperdício aumentar o seu poder aquisitivo.

Nos artigos analisados, podemos concluir, no entanto, que haviam outros motivos para ser contra a implantação do salário mínimo.

O primeiro deles era que a empresa seria obrigada a elevar o nível salarial dos seus trabalhadores, pois, já de posse dos dados referentes a qual seria o valor do salário mínimo sugerido pela comissão do ministério do Trabalho, descritos acima, estava consciente que não poderia deixar os trabalhadores especializados com o mesmo salário dos não especializados, ou seja, os custos com salários iriam ficar mais elevados e ter um peso maior dentro do custo industrial. Neste sentido, um estudo mais pormenorizado sobre os níveis salariais da cidade de São Paulo, pode indicar que, para as empresas localizadas no interior, o maior custo do fator transporte seria compensado com o menor custo do fator mão-de-obra.

O outro motivo era o que se referia aos investimentos sociais da empresa, que, na verdade, representava salário indireto. Com as virtuais elevações salariais, a empresa poderia ser obrigada a cortar gastos com benefícios o que provocaria uma quebra das relações entre a empresa e seus funcionários.

Há a necessidade de uma investigação específica sobre as características do movimento operário de Taubaté. Fonte oral importante, o Sr. Orlando Mesquita⁵ⁱⁱ, antigo militante comunista, revelou que o partido “antigamente” não dirigia suas críticas à CTI, pois esta era uma boa empresa, amparava seus operários. Não havia motivo para

criticá-la. Por outro lado, encontramos em nossas pesquisas referências a conflitos trabalhistas abertos, porém com pouca ressonância. Nos dias atuais, quando ouvimos que a “peãozada” da fábrica da Volks de Taubaté vai esperar o que São Bernardo consegue, para obter benefícios sem precisar enfrentar a empresa na greve, precisamos compreender que a lógica desse raciocínio esteja ancorada na formação das relações produtivas capitalistas assalariadas no município e, mais amplamente, na região.

Voltando à década de 1930/1940, a posição da empresa pode ser constatada analisando-se os seus balanços nos anos seguintes, em que os gastos com benefícios elevaram-se substancialmente. Em meados da década de 1950, o controle acionário da CTI passa para o Grupo Velloso Borges. Muito se especula sobre a descapitalização da CTI. A opção política de tratar a dinâmica do capital de forma conservadora, estrangulando a sua reprodução pode ser uma justificativa a ser confirmada.

Referências

ALBUQUERQUE Jr., D. M. de. *Palavras que calcinam, palavras que dominam: a invenção da seca*

do Nordeste, in, Revista Brasileira de História, nº 28, São paulo, ANPUH/Marco Zero, 1995.

BAER, W. *A Industrialização e o Desenvolvimento Econômico do Brasil*. 7ª ed., São Paulo, FGV, 1988.

BELTRÃO, L. *Jornalismo Opinativo*. Porto Alegre, Sulina/ARI, 1980.

CANO, W. *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*. 3ª Ed., São Paulo, Hucitec, 1.990.

CARONE, E. *Movimento Operário no Brasil(1877-1944)*. 2ª ed., São Paulo, DIFEL, 1984.

DEAN, W. *A Industrialização de São Paulo*. 3ªed., São Paulo, DIFEL, 1971.

- ESCOBAR, M. *Territórios de dominação estatal e fronteiras nacionais: a mediação geográfica da representação e da soberania política*. in, SANTOS, Milton et alli (Orgs.). *Fim de século e globalização*. 3ª Ed., São Paulo, Hucitec-ANPUR,1997.
- FAUSTO, B. *Trabalho Urbano e Conflito Social (1890-1920)*. 3ªed., São Paulo, DIFEL, 1986.
- FURTADO, C. *A Economia Latino-Americana*. 3ª Ed., São Paulo, Nacional, 1986.
- LANNA, A. L. D..*A Transformação do Trabalho*. 2ª ed., São Paulo, UNICAMP,1989.
- LIST, G. F. *Sistema Nacional de Economia Política*. São Paulo, Abril Cultural, 1983. Coleção “Os Economistas”.
- OLIVEIRA, F. *A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista*. Seleções CEBRAP 1, São Paulo, Brasiliense, 1975.
- RICCI, F. *Energia Hidrelétrica-Pequeñas Concessões: Usina Felix Guisard-Um Estudo de Caso*. São Paulo, 1997. Dissertação de Mestrado em História Econômica, FFLCH-USP.
- SAN-MARTIN, P. G.. *Companhia Taubaté Industrial. O Empresário e a Empresa*. Taubaté, Dissertação de Mestrado em Economia, UNITAU, 1990.
- SANTOS, M. *A Cidade nos Países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965.
- STEIN, S J. *Origens e Evolução da Indústria Têxtil no Brasil-1850/1950*. Rio de Janeiro, Campus, 1979.

ⁱ entendemos os termos territorialidade como o âmbito geográfico de exercício do poder de dominação e país como o âmbito geográfico delimitado e identificado, como discutidos por: ESCOBAR, 1997: 83-102.